

## **Impactos do Não Reconhecimento da Inflação na Demonstração do Fluxo de Caixa e na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos: uma Simulação**

**João Bosco Arbués Carneiro Júnior**

Rondonópolis – MT

Mestre em Ciências Contábeis pela FACC/UFRJ<sup>1</sup>

Professor das Faculdades Integradas de Rondonópolis – FAIR/UNIR<sup>2</sup>

joabosco@uni.roo.br

**Ivan Canan**

Rio de Janeiro – RJ

Mestre em Ciências Contábeis pela FACC/UFRJ<sup>1</sup>

Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT<sup>3</sup>

[ivan.canan@uol.com.br](mailto:ivan.canan@uol.com.br)

**Carlos Alberto Kühn**

Rio de Janeiro – MT

Mestre em Ciências Contábeis pela FACC/UFRJ<sup>2</sup>

Professor da Unicentro – PR<sup>4</sup>

[ckuhl@unicentro.br](mailto:ckuhl@unicentro.br)

**José Augusto Veiga da Costa Marques**

Rio de Janeiro – RJ

Pós-Doutor em Contabilidade e Controladoria - FEA/USP<sup>5</sup>

Professor da UFRJ<sup>1</sup>

joselaura@uol.com.br

### **Resumo**

Este artigo discute a estrutura conceitual da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). Seu objetivo principal é demonstrar a necessidade da correção monetária integral nas demonstrações contábeis. Para tanto, é feita uma simulação que envolve a elaboração da DFC, pelo método direto e indireto, e da DOAR. Para sua realização, foi pesquisada literatura disponível, que inclui artigos, dissertações e teses que tiveram seus objetivos ligados ao tema apresentado. Com isso, pode-se dizer que a pesquisa é classificada como bibliográfica e descritiva que utilizou o método da simulação para alcançar seus objetivos. Verificou-se que a DOAR, mesmo criticada, continua tendo um papel informacional relevante. Concluiu-se que a inflação pode provocar distorções na capacidade informacional das demonstrações em estudo, levando os usuários da Contabilidade a tomar decisões equivocadas.

**Palavras-chave:** Demonstração dos Fluxos de Caixa – Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos – Correção Monetária Integral.

### **Abstract**

This paper discusses the framework of concepts related to the Cash Flow Demonstration and also the Demonstration of the Origin and Application of Sources. Its main objective is to demonstrate the need of an integral coin value correction in the book value demonstrations. In order to reach that, we bring a simulation which involves the elaboration of the Cash Flow Demonstration, by both direct and indirect methods, and the Demonstration of the Origin and Application of Sources, as well. For this paper we searched the available literature, which includes articles, dissertations and theses with objectives related to the presented issue. We can surely affirm that the following research is considered as being bibliographic and descriptive, based on the simulation method to reach its objectives. It could be

noticed that the Demonstration of the Origin and Application of Sources, even being criticized, still plays a relevant informative role. It was concluded that inflation causes distortions on the informative capacity of the studied demonstrations, leading accounting users to make mistaken decisions.

**Key-words:** Cash Flow Demonstration – Demonstration of the Origin and Application of Sources – Integral Coin Value Correction.

## 1. Introdução

Diversas são as definições de Contabilidade, sendo que o núcleo desses conceitos está ligado à capacidade informacional sobre os aspectos patrimoniais, econômicos e financeiros das entidades e seus usuários. Observa-se que as demonstrações contábeis são parte dos produtos que devem ser elaborados para que esta atinja seus fins. Hendriksen e Van Breda (1999) explicam que o principal objetivo da divulgação de informações financeiras é apoiar os acionistas e outros indivíduos na tomada de decisões financeiras, ajudando-os a prever os fluxos de caixa da empresa.

Neste estudo foram analisadas as demonstrações DOAR e DFC. As demais demonstrações são de grande valia e possuem características próprias e úteis, mas o objetivo desta pesquisa se restringe a estes dois demonstrativos.

Conforme Marques (2004), a DOAR tem como objetivo apresentar os efeitos de determinadas transações ocorridas durante o exercício, mensurando as alterações que sucederam ao longo deste período. Já a DFC tem como finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações que afetaram o caixa da empresa ao longo de determinado período, de forma organizada e estruturada.

Verifica-se que a DFC se preocupa em retratar o fluxo dos recursos financeiros que transitaram pela conta caixa e bancos em determinado período. Porém no Brasil a DOAR é obrigatória e a DFC opcional, embora exista um projeto de lei que preveja a substituição da DOAR pela DFC.

Essa substituição é justificada pela facilidade de entendimento pelos usuários. Iudicibus, Martins e Gelbcke (2000) informam que esta pressão se deve exclusivamente à maior facilidade de entendimento da DFC pelos usuários; nela é visualizado de forma mais clara o fluxo dos recursos financeiros durante o período, apesar de a DOAR ser mais rica em termos de informações.

Em países com taxas de inflação relevantes, há uma preocupação com a capacidade informacional das demonstrações contábeis devido à perda do valor aquisitivo da moeda.

Iudicibus e Marion (2002) enfatizam esta observação quando comentam que o poder preditivo da DOAR é notável quando elaborada em moeda de poder aquisitivo constante.

A pesquisa efetuada por Rodrigues, Mendes e Marques (2002) analisou o impacto da inflação nas demonstrações contábeis de três empresas, comparando os índices de rentabilidade dos relatórios corrigidos e de relatórios sem correção, e identificou que os usuários da Contabilidade podem estar tomando decisões com informações distorcidas e que não refletem a verdadeira posição patrimonial.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é discutir os impactos provocados pelo não reconhecimento da inflação na DOAR e na DFC. Especificamente, pretende-se apresentar a DOAR e a DFC enquanto fonte de informações aos usuários, discutir os aspectos que levam ao reconhecimento da perda do poder aquisitivo da moeda e enunciar uma simulação para mostrar as distorções que podem ocorrer em virtude do não reconhecimento da inflação nas duas demonstrações analisadas.

Para realizarmos este artigo, foram pesquisados artigos, dissertações e teses, bem como literatura disponível sobre o assunto, além de nos valermos de uma simulação para justificar as teorias, caracterizando, dessa forma, este estudo como uma pesquisa bibliográfica e descritiva que utiliza a técnica da simulação para atingir seus fins.

A pesquisa está dividida em três partes, além desta introdução. A primeira consiste na apresentação da DOAR e da DFC. Na segunda parte é feita uma simulação com as demonstrações ajustadas e sem ajuste. Por fim, foram enunciadas as considerações finais sobre a pesquisa.

## 2. Demonstrações Contábeis

As entidades, por força de lei, geralmente são obrigadas a publicar relatórios contábeis que reflitam a posição econômica, financeira e patrimonial. A elaboração de demonstrações contábeis, juntamente com a escrituração, a auditoria e a análise de balanços, forma o conjunto das técnicas contábeis.

Além de servirem como obrigação legal, as demonstrações contábeis são utilizadas pelos gestores para análise e tomada de decisões. Neste estudo são apresentados os objetivos, as estruturas, as limitações e as características de duas demonstrações: a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

### 2.1. Demonstração das origens e aplicações de recursos

A DOAR preocupa-se em apresentar o capital circulante líquido e suas alterações ocorridas em determinado período de tempo. Entende-se por capital circulante líquido a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Por também enfatizar as alterações ocorridas nos recursos, a DOAR não deve ser confundida com um fluxo de caixa por ser mais abrangente. Iudícibus; Martins e Gelbcke (2000) explicam que essa abrangência ocorre devido ao fato de a DOAR representar uma demonstração das mutações na posição financeira como um todo. Constitui-se de uma demonstração obrigatória, tendo em vista o artigo 176, item IV, da lei 6.404/76.

As origens de recursos são representadas pelo aumento no capital circulante líquido, e estas provêm das próprias operações da empresa, da integralização de capital dos acionistas/proprietários e também de terceiros, através de empréstimos e financiamentos a longo prazo.

Já as aplicações são representadas pela diminuição do capital circulante líquido e se originam principalmente de aquisições/aumento do ativo permanente, redução do passivo exigível a longo prazo em detrimento do passivo circulante e distribuição de dividendos.

#### 2.1.1. Métodos de divulgação

Para apresentar a DOAR, existem dois métodos de divulgação: direto e indireto. Esses se distinguem em virtude da mensuração dada aos Recursos Gerados pela Operação – RGO.

De maneira geral, a estrutura indicada para a sua divulgação pode ser observada no Quadro 1.

**Quadro 1** Composição da DOAR

|   |
|---|
| 1. Origens  |
| (a) Lucro/Prejuízo líquido do Exercício                       |
| Receitas/Despesas que não afetam o capital circulante líquido |
| Aumento do Capital social por integralização                  |
| Contribuição para reservas de capital                         |
| Aumento no passivo exigível a longo prazo                     |
| Redução no ativo realizável a longo prazo                     |
| Alienação de ativo permanente                                 |
| TOTAL DAS ORIGENS   |
| 2. Aplicações   |
| Dividendos propostos  |
| Aquisição de ativo imobilizado                                |
| Aumento do ativo realizável a longo prazo                     |
| Redução no passivo exigível a longo prazo                     |
| TOTAL DAS APLICAÇÕES  |
| (b)   |
| 3. Aumento ou Redução do Capital Circulante Líquido           |
| Total das origens - Total das aplicações                      |
| 4. Variação do Capital Circulante Líquido                     |

Fonte: Assaf Neto (2001).

No método indireto, os recursos oriundos das operações são classificados a partir do lucro líquido, fazendo-se os ajustes com as contas de resultado, sem afetar o caixa da entidade.

Já no método direto, conforme Marques (2004), o RGO é achado pelo confronto entre as receitas e as despesas que geraram ou consumiram, respectivamente, o capital circulante líquido.

**Quadro 2** Capital Circulante Líquido Gerado pelas Operações: método direto e método indireto

| <b>Método Direto</b>                           | <b>Método Indireto</b>                             |
|--|--|
| Receita de vendas e prestação de serviços      | Lucro (prejuízo) líquido do exercício              |
| (-) IPI e ICMS faturados e contribuições       | (+) Depreciação, amortização e exaustão            |
| (-) Custo das vendas                           | (-) Receita da equivalência patrimonial            |
| (-) Despesas com vendas                        | (+) Resultado na baixa de ativo imobilizado        |
| (-) Despesas com salários e encargos sociais   | (+) Despesas financeiras de longo prazo            |
| (-) Despesas com honorários de administradores | (-) Receitas financeiras de longo prazo            |
| (-) Despesas financeiras de curto prazo        | (+) Provisão para perdas investimentos permanentes |
| (+) Receitas financeiras de curto prazo        | (+) Amortização do ágio na compra de participações |
| (-) Imposto de renda e CSLL e CSL diferidos    | (+) Imposto de renda                               |
| (-) Participações no Lucro                     | (+) Provisão para contingências                    |
| (=) RGO  | (=) RGO  |

Fonte: Marques (2004).

O método empregado pelas entidades é o indireto, também conhecido como método da reconciliação, tendo em vista que esse método facilita a percepção da integração entre o demonstrativo de resultado e a DOAR, já que se tem o lucro líquido como ponto inicial.

## 2.2. Demonstração dos fluxos de caixa

A DFC é um relatório facultativo de elaboração e publicação, conceituado por Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000) como uma demonstração que apresenta tão-somente as variações ocorridas no caixa e conta-corrente bancária das entidades.

No caso de empresas brasileiras sociedades anônimas de capital aberto que optem por captar recursos através da emissão de *American Depositary Receipts – ADR*, devem observar a legislação societária dos Estados Unidos e obrigatoriamente divulgar a DFC, conforme o Pronunciamento 95 do *Financial Accounting Standards Board – FASB*. O objetivo principal é enunciado no SFAS 95 (1987), relatado no § 4: “O propósito primário da demonstração dos fluxos de caixa é prover informação relevante sobre os pagamentos e recebimentos de caixa de uma empresa num determinado período de tempo”.

A pesquisa de Mello (2003) analisou as DFCs, através de um estudo exploratório de 14 empresas brasileiras emissoras de ADRs e que, portanto, devem possuir registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission – SEC*; conseqüentemente, observam a

normatização do SFAS 95. Foi constatado que os investidores brasileiros não dispunham das mesmas informações que os investidores norte-americanos devido ao fato de o formato da apresentação divergir entre os dois países.

Willians (1995) vê na DFC uma fonte de informação destinada aos administradores, investidores e credores para

1. avaliar a capacidade das empresas em gerar fluxos de caixa líquidos futuros positivos;
2. avaliar a capacidade das empresas em liquidar suas obrigações, pagar dividendos e satisfazer suas necessidades de financiamentos externos;
3. avaliar as razões das diferenças entre o lucro líquido e o caixa associado aos recebimentos e pagamentos;
4. avaliar os efeitos sobre a posição financeira das empresas de ambas as transações, de investimento e financiamento.

Wallace & Collier (1991) expandem o conceito de caixa para disponibilidades, ou seja, o total do numerário em mãos mais o somatório das contas correntes mantidas nos bancos e as aplicações financeiras de curtíssimo prazo, as quais se convertem prontamente em dinheiro a um custo irrelevante.

$$\text{Disponibilidades} = \text{Caixa} + \text{Bancos} + \text{Aplicações Financeiras}$$

Nos parágrafos 8, 9 e 10 do SFAS 95 (1987), é enfatizado que os investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e tão próximos a seus vencimentos que apresentam risco insignificante de mudanças de valor devido a alterações na taxa de juros são equiparados e agregados ao caixa para efeito de elaboração da DFC. Como exemplos, têm-se: notas do tesouro, *commercial paper*, fundos do mercado monetário, fundos federais vendidos. Saliente-se que esses itens devem possuir um prazo de liquidação não superior a três meses.

A qualidade e a confiabilidade da DFC são paralelas ao entendimento do que é considerado como caixa, ou seja, é de grande valia que os conceitos expostos sejam observados.

Cheng, Liu & Schaefer (1997) examinaram a relevância informacional da DFC observando o SFAS n. 95 para os investidores. Foi feito um estudo empírico, através de uma amostra de 3.982 empresas-ano (período de 1988 a 1994), comparando as associações entre os preços das ações de empresas que observam o SFAS n. 95. Concluíam que o SFAS n. 95, através da DFC estimada, produz efeitos positivos nos preços das ações das empresas pesquisadas.

O fluxo de caixa, geralmente, é formado por três grupos: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos. Esses grupos, para efeito de classificação, levam em conta a atividade do ingresso/desembolso.

As atividades de financiamento relacionam-se com a estrutura de financiamento da empresa. Conforme o SFAS 95 (1987), as atividades de financiamento incluem a obtenção de recursos de proprietários, e aqueles a eles fornecidos como um retorno sobre, ou um retorno de, seus investimentos; empréstimos de dinheiro e pagamentos dos montantes emprestados ou outra forma de liquidação da obrigação; e a obtenção e pagamento por outros recursos conseguidos de credores por crédito de longo prazo.

As atividades de investimento referem-se às mutações da estrutura de investimento da entidade que afetam o caixa e seus ativos, excluindo os de natureza operacional. No SFAS 95 (1987), são incluídos como atividades de investimento os empréstimos efetuados e a aquisição ou baixa de instrumentos de endividamento ou de patrimônio, e de propriedade, planta, equipamento e outros ativos produtivos, isto é, ativos mantidos para, ou usados na, produção de bens ou serviços pela empresa (que não os materiais que fazem parte do estoque da firma).

As atividades operacionais englobam as entradas e as saídas de caixa necessárias à manutenção das operações da entidade. São formadas, quase que exclusivamente, pelos itens que compõem a DRE. Em sua quase totalidade, refletem o efeito no caixa dos resultados econômicos que compõem a demonstração de resultado. No SFAS 95 (1987), as atividades operacionais incluem todas as transações e outros eventos que não estão definidos como atividades de financiamento ou investimento nos parágrafos 15 a 20. As atividades operacionais geralmente incluem a produção e entrega de bens e fornecimento de serviços. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são geralmente os efeitos no caixa de transações e outros eventos que entram na determinação do resultado líquido.

### 3. Simulação dos Efeitos da Inflação na Doar e na DFC

Observando os objetivos desse trabalho, nessa seção é apresentada uma simulação abordando a elaboração e a análise da DOAR e da DFC pelos métodos do custo histórico (legislação atual) e pelo método da correção monetária integral.

Para efeito dessa simulação, parte-se do Balanço Patrimonial de dois períodos consecutivos e da Demonstração do Resultado. A inflação observada no período foi de 12%, e é feita uma análise com os índices da DFC e também da DOAR. Devido ao fato de o enfoque se restringir a DOAR e a DFC, não são explicados os cálculos das variações na DRE e no BP, apresentando-se apenas a razão auxiliar da conta disponibilidades para efeito da elaboração das demonstrações objeto do estudo.

- 1,00 em janeiro/20X2
- 1,03 em março/20X2
- 1,06 em junho/20X2
- 1,09 em setembro/20X2
- 1,12 em dezembro/20X2

Assim, tem-se o Quadro 3 com o Balanço Patrimonial dos períodos 20X1 e 20X2, e no Quadro 4 a Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31/12/20X2.

**Quadro 3** Balanços patrimoniais - Períodos 20X1 e 20X2 - Legislação Societária e Correção Monetária Integral

| Balanço Patrimonial           | 20X1             | 20X2             | 20X2            |
|-------------------------------|------------------|------------------|-----------------|
| <i>Em R\$ Mil</i>             | <i>Histórico</i> | <i>Histórico</i> | <i>Integral</i> |
| Disponibilidades              | 2.000            | 2.400            | 2.400           |
| Equipamento                   | -                | 6.000            | 6.720           |
| Depreciação acumulada         | -                | (600)            | (672)           |
| <b>Total do ativo</b>         | <b>2.000</b>     | <b>7.800</b>     | <b>8.448</b>    |
| Contas a pagar a longo prazo  | -                | 5.400            | 5.400           |
| Capital realizado             | 1.500            | 1.700            | 1.886           |
| Lucros (Prejuízos) acumulados | 500              | 700              | 1.163           |
| <b>Total do Passivo e PL</b>  | <b>2.000</b>     | <b>7.800</b>     | <b>8.448</b>    |

No Balanço Patrimonial é notada a primeira situação de divergência entre os métodos: pode-se verificar que a conta Lucros (Prejuízos) Acumulados sofre uma variação de quase 67%. Essa diferença é explicada no Quadro 4.

**Quadro 4** Demonstrações do resultado do período findo em 31/12/20X2 - Legislação Societária e Correção Monetária Integral

| Demonstração do Resultado - 31/12/20X2           | Histórico    | Integral     |
|--|--------------|--------------|
| Receita de vendas                                | 3.000        | 3.265        |
| Perda Monetária Clientes                         | -            | (85)         |
| Custo dos produtos vendidos                      | (1.800)      | (1.903)      |
| <b>Resultado Operacional Bruto</b>               | <b>1.200</b> | <b>1.277</b> |
| Despesas com Depreciação                         | (600)        | (672)        |
| Despesas de Vendas                               | (400)        | (411)        |
| Perda Monetária de Disponibilidades              | -            | (276)        |
| Ganho Monetário com Contas a Pagar a Longo Prazo | -            | 686          |
| <b>Resultado Líquido</b>                         | <b>200</b>   | <b>603</b>   |

No quadro anterior, temos dois resultados diferentes, e nota-se que essa variação se dá em virtude do ganho monetário com Contas a Pagar a Longo Prazo. Essa conta contém os valores referentes ao ganho pelo não desembolso para quitação de uma obrigação futura, ou seja, a empresa obtém ganhos monetários com a postecipação de um pagamento. O contrário é visto na Perda Monetária de Disponibilidades, que representa um prejuízo oriundo da utilização de terceiros de recursos financeiros próprios. Essa perda é detalhada no Quadro 5.

Para elaborar as DFCs e as DOARs, foram consideradas as seguintes informações:

- a. As vendas foram efetuadas à vista, em janeiro/20X2, por R\$ 1.500,00 e R\$ 1.500,00 a prazo, em junho/20X2, com recebimento em dezembro/20X2;
- b. O custo dos produtos vendidos representa 60% do preço de venda, os pagamentos são efetuados 3 meses após as vendas, e as compras são efetuadas no mesmo mês das vendas;
- c. Em 02/01/20X2, a empresa adquire uma máquina no valor de R\$ 6.000,00; no período foram pagos 3 parcelas em março, junho e setembro no valor de R\$ 200,00 cada. A depreciação é feita pelo método linear à taxa de 10% a.a.;
- d. Foram reconhecidos R\$ 200,00 de despesas de vendas em junho e R\$ 200,00 em dezembro, pagos respectivamente nos meses de reconhecimento.
- e. Foram integralizados R\$ 200,00 ao capital social em setembro/20X2;
- f. O razão auxiliar da conta disponibilidades é apresentado no Quadro 9;
- g. Nos quadros 10, 11 e 12, são apresentadas as DFCs pelo método direto e indireto e as DOARs respectivamente.

**Quadro 5** Razão auxiliar: disponibilidades

| <b>Razão Auxiliar: Disponibilidades</b> | <b>Valor Histórico</b> | <b>Valor em Moeda Forte</b> |
|---|------------------------|-----------------------------|
| Saldo anterior                          | 2.000                  | 2.000                       |
| Recebimento de Vendas/Janeiro           | 1.500                  | 1.500                       |
| Recebimento de Vendas/Dezembro          | 1.500                  | 1.339                       |
| Pagamento de Fornecedores/Março         | (900)                  | (874)                       |
| Pagamento de Fornecedores<br>/Setembro  | (900)                  | (826)                       |
| Pagamento de Contas a Pagar/Março       | (200)                  | (194)                       |
| Pagamento de Contas a Pagar/Junho       | (200)                  | (189)                       |
| Pagamento de Contas a<br>Pagar/Setembro | (200)                  | (183)                       |
| Integralização de Capital               | 200                    | 183                         |
| Despesas de Vendas/Junho                | (200)                  | (189)                       |
| Despesas de Vendas/Dezembro             | (200)                  | (179)                       |
| Valor Nominal                           | 2.400                  | 2.390                       |
| Valor Corrigido                         |                        | 2.676                       |
| Perda Monetária                         |                        | (276)                       |

Observa-se no quadro apresentado que a perda monetária é influenciada principalmente pelo financiamento das vendas (Recebimento de Vendas em Janeiro) e pelo saldo inicial da conta, já que esses valores expressos em moeda forte representariam no final do período R\$ 1.680,00 e 2.240,00, respectivamente.

**Quadro 6** Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto – Legislação Societária e Correção Monetária Integral

| Demonstração dos Fluxos de Caixa   | Histórico    | Integral     |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Atividade Operacional</b>       |              |              |
| Recebimento de Clientes            | 3.000        | 3.180        |
| Pagamento de Fornecedores          | (1.800)      | (1.904)      |
| Pagamento Despesas com Venda       | (400)        | (411)        |
| Perda com Caixa                    |              | (276)        |
| <b>FCO</b>                         | <b>800</b>   | <b>589</b>   |
| <b>Atividade de Investimentos</b>  |              |              |
| Pagamento de Contas a Pagar a LP   | (600)        | (635)        |
| <b>FCI</b>                         | <b>(600)</b> | <b>(635)</b> |
| <b>Atividade de Financiamentos</b> |              |              |
| Aumento do Capital Social          | 200          | 206          |
| <b>FCF</b>                         | <b>200</b>   | <b>206</b>   |
| Saldo Inicial de Disponibilidades  | 2.000        | 2.240        |
| <b>Saldo Final</b>                 | <b>2.400</b> | <b>2.400</b> |

O fluxo de caixa operacional pelo método da correção monetária integral apresenta uma particularidade. A perda com caixa no valor R\$ 276,00 não fora gerada somente por atividades operacionais, tendo em vista que esse valor também contempla a integralização de capital social (ganho em R\$ 6,00) e as amortizações das contas a pagar a longo prazo (perda em R\$ 35,00).

**Quadro 7** Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Legislação Societária e Correção Monetária Integral

| Demonstração dos Fluxos de Caixa        | Histórico    | Integral     |
|---|--------------|--------------|
| Lucro líquido do 20X2                   | 200          | 603          |
| (+) Despesas com Depreciação            | 600          | 672          |
| (-) Ganho Monetário com Contas a Pagar  |              | (686)        |
| (-) Pagamento com Contas a Pagar a L.P. | (600)        | (635)        |
| (+) Aumento do Capital Social           | 200          | 206          |
| Saldo Inicial de Disponibilidades       | 2.000        | 2.240        |
| <b>Saldo Final</b>                      | <b>2.400</b> | <b>2.400</b> |

**Quadro 8** Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – Legislação Societária e Correção Monetária Integral

| Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos | Histórico    | V em %       | Integral     | V em %       |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Origens</b>                                   |              |              |              |              |
| Lucro líquido                                    | 200          | 3,12         | 603          | 8,02         |
| (+) Despesa com depreciação                      | 600          | 9,38         | 672          | 8,94         |
| (-) Ganho Monetário com Contas a Pagar           | -            | 0,00         | (686)        | -9,12        |
| <b>Sub-Total - Das Operações</b>                 | <b>800</b>   | <b>12,50</b> | <b>589</b>   | <b>7,84</b>  |
| <b>Outras Origens</b>                            | <b>5.600</b> | <b>87,50</b> | <b>6.926</b> | <b>92,16</b> |
| Integralização de Capital Social                 | 200          | 3,12         | 206          | 2,74         |
| Aumento do Exigível a Longo Prazo                | 5.400        | 84,38        | 6.720        | 89,42        |
| <b>Total das Origens</b>                         | <b>6.400</b> | <b>100</b>   | <b>7.515</b> | <b>100</b>   |
| <b>Aplicações</b>                                |              |              |              |              |
| Pagamento de Contas a Pagar a Longo Prazo        | 600          | 10           | 635          | 8,63         |
| Adições em Imobilizado                           | 5.400        | 90           | 6.720        | 91,37        |
| <b>Total das Aplicações</b>                      | <b>6.000</b> | <b>100</b>   | <b>7.355</b> | <b>100</b>   |
| <b>Aumento do CCL</b>                            | <b>400</b>   |              | <b>160</b>   |              |
| Ativo Circulante                                 | 400          |              | 160          |              |
| Passivo Circulante                               | 0            |              | 0            |              |
| <b>Capital Circulante Líquido</b>                | <b>400</b>   |              | <b>160</b>   |              |

O movimento em prol da substituição da DOAR pela DFC tem como um dos principais argumentos a maior facilidade de entendimento e elaboração da DFC. Um exemplo é o estudo de Lustosa (1997), o qual comenta que a DOAR sempre foi uma peça informativa pouco entendida, sendo apenas uma obrigação legal, já que até mesmo os contadores não a entendem.

Porém, na simulação anterior, verifica-se claramente uma familiaridade da DOAR com a DFC pelo método direto, sendo até mesmo mais visível a concepção de operações e aplicações que resultam na variação do capital circulante líquido – CCL.

A diferença na variação do CCL apresentada pelo valor histórico e pela correção monetária integral é explicada pela correção do saldo inicial de disponibilidades, já que no histórico, para efeito do cálculo do CCL, permanece no valor de R\$ 2.000,00, na correção monetária integral, o valor inicial (R\$ 2.000,00) é corrigido pela inflação no período de 12%, representando um valor corrigido de R\$ 2.240,00.

#### 4. Considerações Finais e Recomendações

Este artigo descreveu a estrutura conceitual da DFC, da DOAR e uma breve revisão sobre o reconhecimento da perda do poder aquisitivo da moeda e suas possibilidades de reconhecimento, além de apresentar uma simulação que expôs as divergências e a necessidade do reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis analisadas.

Ficou evidente que ambas as demonstrações são úteis para o processo decisório, já que enfatizam as variações e o comportamento dos fluxos financeiros das empresas. A DOAR, mesmo muito criticada, demonstrou sua relevância quando evidenciou a diferença nas variações do CCL em virtude da correção do saldo inicial das disponibilidades.

A necessidade de correção dos demonstrativos é urgente, já que na simulação apresentada se verificou que, sem correção, o fluxo de caixa operacional gerado seria de R\$ 800,00, caindo para R\$ 589,00, ou seja, uma variação de aproximadamente 26%. Na DOAR esse efeito é ainda maior, já que o aumento do CCL elaborado em conformidade com a legislação atual apresentou um saldo positivo de R\$ 400,00, enquanto no método da correção monetária integral o CCL cresceu R\$ 160,00, ou seja, uma variação de 150%.

Do ponto de vista acadêmico, fica clara a necessidade de pesquisas futuras que envolvam essas demonstrações contábeis e o efeito da inflação em sua capacidade informacional. Uma proposta seria um estudo empírico para demonstrar o real efeito que a falta de correção provoca nessas demonstrações contábeis, influenciando, conseqüentemente, o processo de tomada de decisão, e levando os acionistas, investidores e outros usuários das informações contábeis a decisões prejudiciais a seus objetivos. Também estudos que aplique em índices financeiros.

#### Bibliografia

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e Análise de Balanços*: Um enfoque econômico-financeiro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. *Demonstração de Fluxos de Caixa*: Uma contribuição à alteração da legislação societária, Revista de Contabilidade do CRC/SP, ano VII, n. 24, junho de 2003.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. *Avaliação da Liquidez das Empresas Através da Análise da Demonstração de Fluxos de Caixa*, Revista Contabilidade & Finanças, v. 14, n. 25, pp. 6-23, jan./abr. 2001.

CHENG, C. S. Agnes; LIU, Chao-Shin; SCHAEFER, Thomas F.. *The Value-Relevance of SFAS n. 95 Cash Flows from Operations as Assessed by Security Market Effect*, Accounting Horizons, v. 11, n. 3, pp. 1-15, sep. 1997.

FASB – *Statement of Financial Accounting Standards n.º 95. – Statement of Cash Flows*. Financial Accounting Foundation, 1987.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BRENDA, Michael F. *Teoria da Contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Introdução à Teoria da Contabilidade*: Para o Nível de Graduação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. DOAR – *Uma Morte Anunciada*, Caderno de Estudos, FINECAFI, v. 9, n. 16, pp. 26-38, julho/dezembro, 1997.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. *Análise Financeira das Empresas: Liquidez, Retorno e Criação de Valor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. *Medidas e Modelos Integrados do Desempenho Empresarial*: Uma investigação de fundamentos e critérios de classificação operacional. Tese (Pós-Doutoramento em Contabilidade e Controladoria). FEA/USP, São Paulo, 2000.

MELLO, Leila Batista. *Análise Comparativa das Demonstrações dos Fluxos de Caixa de Companhias Brasileiras Emissoras de ADR.s às Exigências do FAS n.95*: Uma investigação qualitativa de sua divulgação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

RODRIGUES, Adriano; MENDES, Daniely Aparecida Polido; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. *O Impacto Provocado pelo não Reconhecimento da Inflação nos Índices de Rentabilidade*: Uma Análise de Três Empresas. In: III EFSI 2002, Setúbal/Sesimbra, Portugal.

WALLACE, R. S. & COLLIER, P. A .. *The 'Cash' in Cash Flow Statements: A Multi-Country Comparison*. Accounting Horizons, december, 1991.

WILLIAMS, Jan. R. *GAAP Guide 1995*. Orlando: Harcourt Brace, 1995.

**Notas de rodapé:**

<sup>1</sup>FACC/UFRJ – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CEP: 22.290-240 – Rio de Janeiro – RJ.

<sup>2</sup>FAIR/UNIR – Faculdades Integradas de Rondonópolis /União de Escolas Superiores de Rondonópolis – CEP: 78.700-040 – Rondonópolis – MT.

<sup>3</sup>UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso – CEP: 78.200-000 – Cárceres – MT.

<sup>4</sup>UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste – CEP: 85.015-430 – Guarapuava – PR.

<sup>5</sup>FEA/USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Universidade de São Paulo – CEP: 05.508-900 – São Paulo – SP.